



PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMON-MA
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL 01/2015

Realização:



CADERNO DE QUESTÕES

CARGO

CONTADOR PERITO

DATA: 21/06/2015

HORÁRIO: das 08 às 12 horas

LEIA AS INSTRUÇÕES E AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA ABRIR O CADERNO DE QUESTÕES

- ☒ Verifique se este CADERNO contém um total de 50 (cinquenta) questões do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) opções de resposta cada, das quais, apenas uma é correta. Se o caderno não estiver completo, solicite ao fiscal de sala um outro caderno. **Não serão aceitas reclamações posteriores.**
- ☒ As questões estão assim distribuídas:
 - LÍNGUA PORTUGUESA: 01 a 10
 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA: 11 a 20
 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 21 a 50
- ☒ O candidato não poderá entregar o **caderno de questões** antes de decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, ressalvados os casos de emergência médica.
- ☒ As respostas devem ser marcadas, obrigatoriamente, no **cartão-resposta**, utilizando caneta esferográfica, **tinta preta** ou **azul escrita grossa**.
- ☒ Ao concluir a prova, o candidato terá que devolver o **cartão-resposta** devidamente ASSINADO e o **caderno de questões**. A não devolução de qualquer um deles implicará na **eliminação** do candidato.

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto que se segue e responda às questões de 01 a 10.

O ato e a pressa

01 O incidente do ministro Nelson Barbosa com o salário mínimo é menos simplório do que indicado em
02 sua redução, de aparência unânime, a mais um trompaço temperamental da “gerentona”.

03 O ministro do Planejamento não está estreando em governo. Nem mesmo na área de política e
04 economia. Em seus anos de secretário-executivo do Ministério da Fazenda, até desentender-se com Guido
05 Mantega, pôde comprovar a profunda relação entre o que se passa na área econômica e as condições em
06 que Presidência caminha, em política, na administração e com os cidadãos.

07 Nelson Barbosa decide dar uma entrevista coletiva no primeiro dia útil do novo governo, espremido
08 entre o feriado da posse presidencial e o fim de semana. Não expõe o motivo de tanta pressa. Não espera,
09 sequer, que o seu parceiro da Fazenda e de ideias seja empossado já no próximo dia útil. Mas Nelson
10 Barbosa fala no plural: “vamos”. Faz as manchetes com o tema dominante e, excluídas as obviedades, quase
11 único de sua oferecida fala: “Vamos propor uma nova regra de reajuste do salário mínimo para 2016 a 2019
12 ao Congresso Nacional nos próximos meses”.

13 A pressa é mais abrangente: Nelson Barbosa anuncia no primeiro dia útil deste ano e do novo governo
14 uma alteração que, se vigorar, só o fará no ano que vem. Por si mesma, essa antecipação não faz sentido. É,
15 talvez, uma medida a ser iniciada proximamente, convindo abordá-la desde logo? Não, nada há estabelecido:
16 a proposta ao Congresso será nos vagos “próximos meses”. Também do ponto de vista administrativo e
17 legislativo, portanto, o anúncio não faz sentido.

18 Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo,
19 anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população. Como ato político
20 é, no mínimo, de espantosa temeridade.

21 Nelson Barbosa dispôs de um elemento a mais para saber o peso, no governo, do tema salário
22 mínimo. Esse elemento foi dado pela própria Dilma, menos de 24 horas antes do chamado aos repórteres
23 para ouvir a comunicação do ministro do Planejamento: até por causa do seu desgaste com as escolhas de
24 Joaquim Levy e Nelson Barbosa, nem na posse Dilma Rousseff deixou de reiterar a imutabilidade da regra
25 vigente do salário mínimo. Nelson Barbosa estava lá, ouvindo-a.

26 Uma hipótese: velho crítico do salário mínimo, ao qual atribui efeitos corrosivos nas contas
27 governamentais, como declarou contra a opinião de Dilma quando se iniciava a campanha eleitoral, Nelson
28 Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar, vitoriosa com ele, uma das
29 suas insistências derrotadas nas discordâncias com Guido Mantega. E a imporia com Mantega ainda como
30 ministro, não mais seu superior, mas um igual posto no papel de derrotado. Hipótese improvável, sim.
31 Desprezível, não.

32 Outra, menos requintada: Nelson Barbosa quis testar o poder e a liberdade de ação de que vai dispor
33 com Joaquim Levy. Um desafio. Recebeu a resposta ou parte dela, ambas insatisfatórias.

34 Pode-se imaginar uma série de outras hipóteses, melhores e piores. Até onde chego, nenhuma capaz
35 de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro. Nelson Barbosa, no entanto, não sendo
36 ingênuo nem de pouca inteligência, por certo agiu com um propósito que, a seu ver e cabe supor que no de
37 Joaquim Levy, tem sentido.

01. Levando-se em conta a leitura global do texto, pode-se afirmar que
- (A) Nelson Barbosa quis ser o primeiro ministro a anunciar medidas do novo mandato de Dilma Rousseff.
 - (B) Nelson Barbosa só quis afrontar o ex-ministro da fazenda Guido Mantega, com o qual mantinha relação pouco amistosa.
 - (C) Nelson anunciou, no sentido contrário ao governo, uma nova regra de reajuste do salário mínimo.
 - (D) Nelson Barbosa se precipitou ao fazer o anúncio de novas regras de reajuste do salário mínimo.
 - (E) Nelson Barbosa está contra o governo de Dilma Rousseff e tem clara intenção de sabotar o governo petista.
02. Das expressões abaixo, a única que não se refere a Nelson Barbosa é:
- (A) O ministro do Planejamento (linha 03).
 - (B) secretário-executivo do Ministério da Fazenda (linha 04).
 - (C) um integrante do governo (linha 18).
 - (D) Esse elemento foi dado pela própria Dilma (linha 22).
 - (E) velho crítico do salário mínimo (linha 26).
03. O trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração em um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população” (linhas 18 e 19) tem, dentre as opções abaixo, uma única paráfrase que mantém, adequadamente, a correção gramatical, as relações textuais e de sentido:
- (A) Não faz sentido algum um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, bradar alterações num dos fatores mais sensíveis à relação entre governo e população.
 - (B) Dos fatores mais sensíveis à mudança, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, alterou um: o salário mínimo.
 - (C) No primeiro dia do ano de 2015 e do governo Dilma Rousseff, um integrante do governo, Nelson Barbosa, fez um anúncio, sem muito sentido, de alteração de um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e população.
 - (D) Um integrante do governo, sem sentido, no primeiro dia do ano e do mesmo governo, alterou um dos fatores mais sensíveis na relação entre governo e povo.
 - (E) Em 2015, Nelson Barbosa, no primeiro dia do ano, anunciou, apressada e inconsequentemente, uma alteração em um dos fatores mais sensíveis da relação entre Estado e povo.
04. Levando-se em conta o trecho “Nelson Barbosa tomou-se da presunção de um poder mais do que suficiente para fixar (...)” (linhas 27 e 28), marque a opção CORRETA sobre a colocação pronominal.
- (A) O pronome ‘se’ só pode vir antes do verbo, porquanto o nome próprio o atrai.
 - (B) O pronome ‘se’ só pode vir depois do verbo, porquanto não há fator de atração.
 - (C) O pronome ‘se’ deveria ter sido usado no meio do verbo.
 - (D) O pronome ‘se’ não deveria ter sido usado.
 - (E) O pronome ‘se’ pode vir antes ou depois do verbo.
05. Levando-se em conta o trecho “nenhuma capaz de dar sentido administrativo ou político à atitude do novo ministro” (linhas 34 e 35), marque a opção CORRETA sobre o uso do acento grave.
- (A) O acento está mal empregado porque o vocábulo acentuado antecede um nome no masculino singular (novo ministro).
 - (B) O acento é opcional porque o vocábulo ‘atitude’ admite ou não o artigo feminino.
 - (C) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘sentido’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (D) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pelo vocábulo ‘dar’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
 - (E) O acento está corretamente empregado porque é regido um ‘a’ preposição pela expressão ‘sentido administrativo ou político’ e utilizado um ‘a’ artigo antes do vocábulo ‘atitude’.
06. Levando-se em conta o trecho “Muito menos há sentido em um integrante do governo, no primeiro dia do ano e do próprio governo, anunciar alteração (...)” (linhas 18 e 19), marque a opção CORRETA quanto ao uso das vírgulas.
- (A) As duas vírgulas utilizadas estão mal empregadas porque a expressão adverbial está em sua posição preferencial: no fim da frase.

13. Dada a seguinte planilha no Excel 2010,

	A	B	C
1	8	7	1
2	6	3	1
3	2	2	6
4	4	8	3
5	3	4	1

O resultado da fórmula: =MÉDIA(A1:A4)+MÉDIA(A4:C4)-SOMA(A1:C1)+MÁXIMO(B1:B4) é:

- (A) 1 (B) 2 (C) 4 (D) 8 (E) 16

14. Analise as opções abaixo e assinale aquela que corresponde a um endereço eletrônico (e-mail) válido:

- (A) joao@ (D) www.joao.com.br
 (B) @joao.gmail.com (E) @joao
 (C) joao@gmail.com

15. Pedro possui, em seu computador, 3 pastas (*pasta1*, *pasta2* e *pasta3*). Dentro de cada pasta, existe um arquivo. Na *pasta1*, há o *arquivo1*; na *pasta2*, o *arquivo2* e, na *pasta3*, o *arquivo3*. Pedro ainda executou as seguintes operações: o *arquivo1* foi copiado para a *pasta3* e o *arquivo3* foi recortado para a *pasta2*. Ele ainda renomeou o *arquivo2* para *arquivo-morto*. Assinale a opção que corresponde aos conteúdos da *pasta1*, *pasta2* e *pasta3* respectivamente:

- (A) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; *arquivo1* (D) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; vazia
 (B) *arquivo1*; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1* (E) vazia; *arquivo-morto* e *arquivo3*; *arquivo1*
 (C) *arquivo1*; *arquivo2* e *arquivo3*; vazia

16. Dado o seguinte conceito: “*Software malicioso que é instalado no computador sem o consentimento explícito do usuário que tem como objetivo alterar clandestinamente o comportamento do computador e que geralmente cópias de si mesmo e tenta se espalhar para outros computadores, utilizando-se de diversos meios*”, assinale a opção que corresponde a este conceito.

- (A) firewall (D) backdoor
 (B) vírus (E) spam
 (C) backup

17. Assinale a opção que se refere ao dispositivo de “memória secundária” que é a parte do computador onde são armazenados os dados e o sistema operacional.

- (A) memória RAM (D) memória Cache
 (B) memória ROM (E) EPROM
 (C) disco rígido

18. Sobre o processo do boot de um computador, assinale a opção INCORRETA.

- (A) É o processo que carrega o sistema operacional para a memória do computador.
 (B) O BIOS é um programa de computador pré-gravado em memória permanente (firmware) executado por um computador quando ligado, responsável pelo suporte básico de acesso ao hardware, bem como por iniciar a carga do sistema operacional.
 (C) É no processo de boot que o sistema operacional deve carregar drivers de dispositivos (*device drivers*) e outros programas que são necessários para a operação normal de um computador.
 (D) No processo de boot, somente um sistema operacional pode ser carregado por vez.
 (E) O sistema operacional carregado no processo de boot tem que estar armazenado obrigatoriamente em um disco rígido.

19. Observe o texto abaixo formatado no Word 2010:

Lorem ipsum dolor sit amet, consectetur adipiscing elit. Maecenas porttitor congue massa. Fusce posuere, magna sed pulvinar ultricies, purus lectus malesuada libero, sit amet commodo magna eros quis urna. Nunc viverra imperdiet enim. Fusce est. Vivamus a tellus. Pellentesque habitant morbi tristique senectus et netus et malesuada fames ac turpis egestas.

Proin pharetra nonummy pede. Mauris et orci. Aenean nec lorem. In porttitor. Donec laoreet nonummy augue. Suspendisse dui purus, scelerisque at, vulputate vitae, pretium mattis, nunc. Mauris eget neque at sem venenatis eleifend.

Ut nonummy. Fusce aliquet pede non pede. Suspendisse dapibus lorem pellentesque magna. Integer nulla. Donec blandit feugiat ligula. Donec hendrerit, felis et imperdiet euismod, purus ipsum pretium metus, in lacinia nulla nisl eget sapien. Donec ut est in lectus consequat consequat.

Com relação à formatação de fonte e de parágrafos do texto acima, assinale a opção CORRETA.

- (A) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte normal, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
- (B) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, justificado; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
- (C) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte negrito, justificado; 3º parágrafo em itálico alinhado à direita.
- (D) 1º parágrafo com fonte normal, justificado; 2º parágrafo com fonte em itálico, alinhado à direita; 3º parágrafo em negrito alinhado à esquerda.
- (E) 1º parágrafo com fonte normal, alinhado à esquerda; 2º parágrafo com fonte itálico, alinhado à esquerda; 3º parágrafo em negrito alinhado à direita.

20. Com relação à navegação na Internet através do *browser*, assinale a opção INCORRETA.

- (A) Ópera, Safari, Chrome e Firefox são nomes de *browsers* (navegadores).
- (B) Intranet é um tipo de Internet que permite acesso irrestrito.
- (C) URL é uma sigla que indica o endereço de um site ou algum recurso (arquivo ou dispositivo).
- (D) O uso do https no início dos endereços dos sites indica uma camada adicional de segurança no acesso àquele site.
- (E) Um cookie é um pequeno pedaço de dados enviado a partir de um site web e armazenado em um arquivo que pode guardar informações das atividades do usuário naquele site.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Determinada empresa adquiriu um equipamento, a vista, no valor de R\$ 500.000,00 e incorreu em custos adicionais de R\$ 12.000,00 para colocar o ativo em funcionamento. O lançamento CORRETO a ser registrado no sistema contábil da instituição é:

- (A) Débito: Equipamentos _____ R\$ 500.000,00
 Débito: Custos com Equipamentos _____ R\$ 12.000,00
 Crédito: Bancos _____ R\$ 512.000,00
- (B) Débito: Equipamentos _____ R\$ 512.000,00
 Crédito: Bancos _____ R\$ 512.000,00
- (C) Débito: Equipamentos _____ R\$ 512.000,00
 Crédito: Fornecedores _____ R\$ 512.000,00
- (D) Débito: Equipamentos _____ R\$ 500.000,00
 Crédito: Fornecedores _____ R\$ 500.000,00
- (E) Débito: Equipamentos _____ R\$ 500.000,00
 Débito: Custos com Equipamentos _____ R\$ 12.000,00
 Crédito: Fornecedores _____ R\$ 512.000,00

22. Um bem para ser considerado ativo deve ser passível de

- (A) ser usado isoladamente ou em conjunto com outros ativos na produção de bens ou na prestação de serviços a serem vendidos pela entidade.
- (B) distinção entre obrigação presente e compromisso futuro.
- (C) mensuração por meio do emprego de relativo grau de estimativa.
- (D) ser legalmente exigível em consequência de contrato ou de exigências estatutárias.
- (E) ser extinto pela renúncia do credor ou pela perda dos seus direitos.

Com base nas informações a seguir, responda as questões 23, 24, 25, 26, 27 e 28.

A empresa “DANDO CERTO”, que exerce atividade comercial, tem registrado na sua contabilidade, até outubro do ano de 2014:

CONTA / EVENTOS	VALOR (R\$)
Capital Social	920.000,00
Bancos	150.000,00
Contas a Receber	175.000,00
Aquisição realizada junto a fornecedores	430.000,00
Depreciação acumulada	75.000,00
Caixa	100.000,00
Imobilizado	750.000,00
Investimentos em participação societária	200.000,00
Reservas de Lucros	41.000,00
Estoques de mercadorias	670.000,00
Empréstimos	260.000,00
Impostos e Contribuições a Recolher	79.000,00
Contas a pagar	240.000,00

Sabe-se que dos empréstimos realizados 40% deverão ser liquidados até o final do exercício corrente.

23. Com base nos saldos registrados no Balanço Patrimonial da empresa, assinale a opção que representa o valor do Ativo Não-Circulante:

- (A) R\$ 950.000,00
- (B) R\$ 1.025.000,00
- (C) R\$ 875.000,00
- (D) R\$ 1.095.000,00
- (E) R\$ 1970.000,00

24. O Passivo pode indicar se uma empresa é viável financeiramente ou não, o valor das obrigações a serem liquidadas durante o exercício social corrente é de

- (A) R\$ 1.009.000,00
- (B) R\$ 1.970.000,00
- (C) R\$ 961.000,00
- (D) R\$ 260.000,00
- (E) R\$ 853.000,00

25. A empresa registrou durante o mês de novembro de 2014, uma despesa com depreciação no valor de R\$ 6.250,00. Sobre tal fato, marque a opção CORRETA.

- (A) O lançamento da depreciação acumulada deve ser realizado a débito de uma conta patrimonial.
- (B) O lançamento da despesa com depreciação deve ser realizado a crédito de uma conta patrimonial.
- (C) O lançamento da despesa com depreciação deve ser realizado a crédito de uma conta de resultado.
- (D) O lançamento da depreciação consiste em valores desembolsáveis e passíveis de recuperação por parte da empresa.
- (E) O lançamento da depreciação acumulada reduz o ativo circulante e conseqüentemente a receita da empresa.

26. A empresa adquiriu, no mês de novembro de 2014, mobiliário no valor de R\$ 78.000,00, sendo 30% à vista em espécie, diretamente do caixa da empresa e o restante a prazo, dividido em três parcelas de igual valor. Sobre tal fato, marque a opção INCORRETA.
- (A) O saldo no final de novembro de 2014, da conta caixa é de R\$ 76.600,00 e da conta de Estoques, de R\$ 670.000,00.
 - (B) O saldo, no final de outubro de 2014, da conta caixa é de R\$ 100.000,00 e da conta de Investimento é de R\$ 200.000,00.
 - (C) O saldo, no final de outubro de 2014, da conta de Imobilizado é de R\$ 675.000,00.
 - (D) O saldo, no final de novembro de 2014, da conta de Imobilizado é de R\$ 828.000.
 - (E) O saldo de Fornecedores é de R\$ 484.600,00.
27. Após a aquisição citada anteriormente a empresa “DANDO CERTO” recolheu impostos no valor de R\$ 38.000,00 com cheque de nº 0123 e pagou contas no valor de R\$ 15.000,00 com o restante do saldo em caixa. Marque a opção que corresponde ao valor do Ativo Circulante após as operações citadas e os saldos já existentes.
- (A) R\$ 1.095.000,00
 - (B) R\$ 854.600,00
 - (C) R\$ 1.018.600,00
 - (D) R\$ 1.971.600,00
 - (E) R\$ 1.970.000,00
28. Após o registro dos fatos ocorridos, na empresa “DANDO CERTO”, o total do passivo
- (A) diminuiu em R\$ 1.600,00.
 - (B) diminuiu em R\$ 54.600,00.
 - (C) aumentou em R\$ 1.971.600,00.
 - (D) aumentou em R\$ 854.600,00.
 - (E) aumentou em R\$ 1.600,00.
29. Quando uma empresa é constituída com bem numerário no valor de R\$ 500.000,00, depositado em banco, móveis e equipamentos no valor de R\$ 120.000,00 e um imóvel no valor de R\$ 230.000,00 deve-se registrar
- (A) três contas de natureza devedora e uma conta de natureza credora.
 - (B) duas contas de natureza devedora e uma conta de natureza credora.
 - (C) duas contas de natureza credora e duas contas de natureza devedora.
 - (D) três contas de natureza credora e uma conta de natureza devedora.
 - (E) três contas de natureza credora e duas contas de natureza credora.
30. Sobre as Demonstrações Contábeis e com base na NBC TG 26 (R1), assinale a opção INCORRETA.
- (A) A Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) é dinâmica que se destina a evidenciar a formação do resultado líquido em um exercício, oferece uma síntese financeira dos resultados operacionais e não operacionais de uma empresa em certo período.
 - (B) A demonstração do resultado abrangente é uma importante ferramenta de análise gerencial, pois, respeitando o princípio de competência de exercícios, atualiza o capital próprio dos sócios, através do registro no resultado, e não no Patrimônio Líquido, das receitas e despesas incorridas, porém de realização financeira “incerta”, uma vez que decorrem de investimentos de longo prazo, sem data prevista de resgate ou outra forma de alienação.
 - (C) A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido representa, de forma sumária e coordenada, a movimentação ocorrida durante o exercício nas diversas contas do Patrimônio Líquido, isto é, Capital, Reservas, Ações em Tesouraria e Lucros ou Prejuízos Acumulados;
 - (D) É uma demonstração contábil que tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial de uma entidade numa determinada data. Representando, portanto, uma posição estática da mesma;
 - (E) A Demonstração do Fluxo de Caixa evidencia a capacidade da entidade em gerar fluxos de caixa líquidos positivos. Vem substituindo, em alguns países, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e é fundamentada pela Lei nº 11.638/07 no Brasil.
31. A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnico-científicos destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar a justa solução do litígio ou constatação de um fato, mediante
- (A) laudo pericial contábil, elaborado por técnico contábil habilitado.

- (B) parecer de diligência, elaborado por contador nomeado pelo juiz.
- (C) laudo pericial consubstanciado, elaborado por contador nomeado pelo juiz.
- (D) relatório entregue por perito assistente em conformidade com as normas jurídicas e profissionais.
- (E) parecer ou laudo elaborado por técnico contábil, aderente às normas e legislação em vigor.

32. A perícia contábil visa propiciar o estudo, exame e a certificação de matéria fática vinculada à contabilidade, para que a certeza jurídica possa ser alcançada de forma cada vez mais científica. Portanto, o juiz indeferirá a perícia quando:

- I. a prova do fato depender do conhecimento especial de técnico;
- II. for desnecessária em vista de outras provas produzidas;
- III. a verificação for impraticável.

Assinale a opção CORRETA.

- (A) Apenas Itens II e III estão corretos.
- (B) Apenas item I está correto.
- (C) Apenas item II está correto.
- (D) Apenas itens I e III estão corretos.
- (E) Apenas itens I e II estão corretos.

33. Os procedimentos de perícia contábil visam fundamentar as conclusões que serão levadas ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil. Com base na afirmação, assinale a opção CORRETA.

- (A) A indagação é a análise de livros, registros das transações e documentos.
- (B) A investigação é a diligência que objetiva a verificação e a constatação de situação, coisa ou fato, de forma circunstancial.
- (C) A vistoria é a busca de informações mediante entrevista com conhecedores do objeto ou de fato relacionado à perícia.
- (D) O exame é a pesquisa que busca trazer ao laudo pericial contábil ou parecer pericial contábil o que está oculto por quaisquer circunstâncias.
- (E) O arbitramento é a determinação de valores ou a solução de controvérsia por critério técnico-científico.

34. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe assina a lei, empregando toda a sua diligência; pode, todavia, escusar-se do encargo alegando motivo legítimo. Quanto ao direito de escusar-se do encargo, assinale a opção CORRETA.

- (A) A escusa deverá ser apresentada dentro de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a alegá-la.
- (B) A escusa deverá ser apresentada dentro de 5 (cinco) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a alegá-la.
- (C) O perito poderá escusar-se do encargo, devendo apresentar petição dentro de 10 (dez) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a alegá-la.
- (D) O perito poderá escusar-se do encargo, devendo apresentar petição dentro de 20 (vinte) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito a alegá-la.
- (E) A escusa deverá ser apresentada dentro de 15 (quinze) dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, podendo reapresentá-la apenas uma vez.

35. O laudo pericial contábil e o parecer pericial contábil são documentos escritos, nos quais os peritos devem registrar, de forma abrangente, o conteúdo da perícia e particularizar os aspectos e as minudências que envolvam o seu objeto e as buscas de elementos de prova necessários para a conclusão do seu trabalho. Portanto, quanto ao prazo para a entrega do laudo pericial, conforme o Código de Processo Civil, marque a opção CORRETA.

- (A) Após as diligências, o perito apresentará o laudo em cartório no prazo de 10 (dez) dias antes da audiência de instrução.
- (B) Após a instrução do processo, o perito tem o direito de apresentar o Laudo até 5 (cinco) dias após a data fixada pelo juiz.
- (C) Após as diligências e procedimentos adotados, o perito deverá entregar o Laudo no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- (D) Após o prazo fixado pelo juiz, o perito, deverá apresentar o Laudo, pelo menos 20 (vinte) dias antes da audiência de instrução e julgamento.
- (E) Após fixado o prazo de entrega do Laudo, o perito não terá direito a prorrogação.

A partir do texto a seguir responda às questões 36 e 38:

Cesar Monte Negro foi nomeado pelo juiz do município de Portal da Felicidade, para atuar em uma perícia judicial, em 15 de outubro de 2014. O processo referia-se à verificação de valores devidos pela empresa “TUDO CERTO”, relacionados a impostos de competência do município, durante o ano de 2013.

36. Dez quesitos pertinentes ao processo foram apresentados pelas partes ao juízo e deferidas pelo magistrado, portanto, conforme o Código de Processo Civil, as partes apresentaram os quesitos em
- (A) 20 de outubro de 2014. (D) 05 de novembro de 2014.
(B) 25 de outubro de 2014. (E) 10 de novembro de 2014.
(C) 30 de outubro de 2014.
37. A empresa “TUDO CERTO” indicou perito-assistente; no entanto, o juízo indeferiu a indicação, pois
- (A) a empresa indicou o perito-assistente em 20 de outubro de 2014.
(B) o perito-assistente estava sujeito à suspeição.
(C) o perito-assistente foi indicado, através de petição, em 25 de outubro de 2014.
(D) o perito-assistente estava sujeito a impedimento.
(E) o perito-assistente se escusou em atuar no litígio.
38. O perito nomeado pelo juízo necessitou estabelecer o valor dos direitos, obrigações, despesas e receitas da empresa “TUDO CERTO” relativas ao ano de 2013; para tanto, utilizou o procedimento de
- (A) arbitramento. (D) avaliação.
(B) mensuração. (E) vistoria.
(C) investigação.
39. Perícia extrajudicial é aquela realizada por necessidade e escolha de entes físicos e jurídicos particulares, privados, vale dizer no sentido estrito, ou seja, não submetíveis a uma outra pessoa encarregada de arbitrar a matéria conflituosa (fora do juízo arbitral). Esta espécie de perícia subdivide-se, segundo as finalidades intrínsecas para as quais foram designadas, em demonstrativas, discriminativas e comprobatórias (ALBERTO, 2012, p. 39). Marque a opção CORRETA, em relação às especificidades da perícia extrajudicial.
- (A) A perícia extrajudicial é aquela realizada no meio estatal, porém fora do poder judiciário. É semelhante à Perícia Judicial.
(B) A perícia extrajudicial é contratada por necessidade e escolhida pelo interessado ou de forma consensual entre as partes.
(C) A perícia extrajudicial deve ser utilizada nos casos de vício involuntário, sem o intuito de causar dano, ocasionado por imprudência, imperícia e negligência.
(D) Nas localidades onde não houver profissionais qualificados que preencham os requisitos necessários para atuar em uma perícia de cunho contábil, a perícia será extrajudicial.
(E) Na perícia extrajudicial, o objeto do litígio difere da perícia judicial.
40. O perito está comprometido com a verdade fática e pela importância do seu trabalho está sujeito a suspeição e impedimento, pois é um auxiliar da justiça. Deverá então se proclamar impedido quando
- (A) cônjuge, parente consanguíneo ou afim, de alguma das partes, em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau.
(B) alguma das partes for credora ou devedora do juiz, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau.
(C) herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de alguma das partes.
(D) receber dívidas antes ou depois de iniciado o processo; aconselhar alguma das partes acerca do objeto da causa, ou subministrar meios para atender às despesas do litígio.
(E) interessado no julgamento da causa em favor de uma das partes.
41. A proteção buscada na justiça se confronta com a necessidade da produção de provas. A parte que oferece as provas mais convincentes possui mais condições de obter sucesso no litígio (SANTOS, SCHMIDT & GOMES, 2006, p. 100). Portanto, de acordo Código de Processo Civil- CPC, na parte que trata sobre a perícia e o ônus da prova, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Os fatos notórios não dependem de prova.
(B) Os fatos afirmados por uma parte e confessados pela parte contrária não dependem de prova.

- (C) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do réu.
- (D) O ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito.
- (E) Não dependem de prova os fatos em cujo favor milita presunção legal de existência ou de veracidade.
42. Competência técnico-científica pressupõe ao perito manter adequado nível de conhecimento da ciência contábil, das Normas Brasileiras de Contabilidade, das técnicas contábeis, da legislação relativa à profissão contábil e aquelas aplicáveis à atividade pericial, atualizando-se, permanentemente, mediante programas de capacitação, treinamento, educação continuada e especialização (NBC PP 01). De acordo com o exposto, assinale a opção CORRETA.
- (A) Perito é o contador regularmente registrado nos Sindicatos de Perito, que exerce a atividade pericial de forma pessoal, devendo ser profundo conhecedor, por suas qualidades e experiências, da matéria periciada.
- (B) Perito-contador nomeado é o designado pelo juiz em perícia contábil extrajudicial; contratado é o que atua em perícia contábil arbitral, e escolhido é o que exerce sua função em perícia contábil judicial.
- (C) Perito-contador assistente é o contratado e indicado pelo juízo em perícias contábeis, em processos judiciais e extrajudiciais, inclusive arbitral.
- (D) A indicação ou a contratação de perito-contador assistente ocorre quando a parte ou contratante desejar ser assistida por um contador, ou comprovar algo que dependa de conhecimento técnico-científico, razão pela qual o profissional só deve aceitar o encargo se possuir conhecimento relativo, discernimento e irrestrita dependência para a realização do trabalho.
- (E) A utilização de serviços de especialista de outras áreas não implica presunção de incapacidade do perito, devendo tal fato ser, formalmente, relatado no laudo pericial contábil ou no parecer pericial contábil para conhecimento do julgador, das partes ou dos contratantes.
43. Quando a execução da perícia incluir a utilização de equipe técnica, deve ser
- (A) realizada sob a orientação e supervisão do perito que assume a responsabilidade pelos trabalhos.
- (B) realizada sob a orientação de pessoa indicada pelo perito, devendo este assegurar-se de que as pessoas contratadas estejam profissionalmente capacitadas à execução.
- (C) realizada sob a orientação do assistente técnico que assume juntamente com o perito a responsabilidade pelos trabalhos.
- (D) realizada sob a orientação do assessor jurídico que assume juntamente com o perito a responsabilidade pelos trabalhos.
- (E) realizada sob a supervisão do juiz, onde o perito assume a responsabilidade por erros eventuais.
44. Os peritos devem, na conclusão do laudo pericial contábil e do parecer pericial contábil, considerar quanto a
- (A) omissão de fatos - o perito-contador pode omitir fato encontrado no decorrer de suas pesquisas ou diligências, uma vez que não foi objeto de quesitos.
- (B) conclusão - pode ser, simplesmente, elucidativa quanto ao objeto da perícia, não envolvendo, necessariamente, quantificação de valores.
- (C) conclusão – deve apresentar ao juiz as alternativas condicionadas às teses apresentadas, sendo desnecessário identificação dos critérios técnicos que lhes deem respaldo.
- (D) fatos identificados - devem ser apresentados de forma a representar a opinião pessoal do perito, consignando os resultados obtidos.
- (E) omissão de fatos – podem ser omitidos desde que identificados como erros e não fraudes.
45. Esclarecimentos são respostas oferecidas pelo perito aos pedidos de esclarecimentos do laudo pericial contábil e parecer pericial contábil, determinados pelas autoridades competentes, quando estas por algum motivo entenderem a necessidade da presença do perito na audiência, para descrever e explicar de maneira ordenada e pormenorizada o conteúdo do laudo pericial (NBC TP 01). Portanto é CORRETO afirmar:
- (A) Os quesitos de esclarecimentos deferidos e apresentados ao perito, no prazo legal, podem ser respondidos por escrito devendo ser entregue a cópia, na audiência, para a juntada nos autos.
- (B) O perito deve observar as perguntas efetuadas pelas partes, no momento próprio dos esclarecimentos, pois tal ato não se limita às respostas a quesitos integrantes do laudo pericial; ou do parecer pericial contábil às explicações sobre o conteúdo da lide ou sobre a conclusão.
- (C) O perito-contador deve observar se os quesitos formulados na fase final são pedidos de esclarecimentos sobre o seu laudo pericial contábil ou se tratam de quesitos novos, pois novos quesitos não estão sujeitos ao deferimento do julgador da causa.

- (D) Os quesitos de esclarecimentos deferidos e apresentados ao perito, no prazo legal, podem ser respondidos de forma oral, cuidando para sanar as obscuridades, omissões, contradições ou interpretações distintas daquelas constantes no laudo pericial contábil.
- (E) Os quesitos elucidativos devem ser entregues ao perito pelo menos trinta minutos antes da audiência de instrução e julgamento, para que o mesmo tenha ciência das dúvidas existentes.
46. Quando o juiz, após a finalização da perícia e entrega do laudo pelo perito nomeado, não se sentir suficientemente esclarecido poderá
- (A) determinar a realização de nova perícia.
- (B) extinguir o processo e a perícia.
- (C) solicitar que outro perito revise e explique o laudo pericial.
- (D) substituir a primeira perícia, descartando as provas evidenciadas.
- (E) solicitar segunda perícia, regida por disposições diferentes da primeira.
47. Na elaboração da proposta de honorários, o perito deve considerar os seguintes fatores:
- (A) A relevância e o vulto, pois são os fatores mais relevantes e considerados pelo juiz.
- (B) O risco, a complexidade, a quantidade de horas necessárias a realização da perícia, pois são os fatores que o juiz mais aprecia no momento de deferir a proposta de honorário.
- (C) Além de outros fatores, a relevância que é entendida como a importância da perícia no contexto social e sua essencialidade para dirimir as dúvidas de caráter técnico-científico contábil, suscitadas em demanda judicial ou extrajudicial.
- (D) O vulto que está relacionado à possibilidade do honorário pericial não ser integralmente recebido, à dimensão determinada pelo volume de trabalho e à abrangência pelas áreas de conhecimento envolvidas.
- (E) O risco que compreende o valor da causa no que se refere ao objeto da perícia e o tempo necessário ao recebimento, bem como a antecipação das despesas necessárias à execução do trabalho.
48. O termo de diligência
- (A) deve ser redigido pelo juiz, ser apresentado diretamente à parte, ao seu procurador, ou ao terceiro, por qualquer meio escrito que se possa documentar a sua entrega, contendo minuciosamente o rol dos documentos que se deseja examinar.
- (B) é o instrumento por meio do qual o perito solicita documentos, coisas, dados, bem como quaisquer informações necessárias à elaboração do laudo pericial contábil ou do parecer pericial contábil.
- (C) deve ser encaminhado, pelo juiz a pedido do perito, a qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive de direito público, que tenha a posse de documentos, coisas, dados ou informações úteis e indispensáveis para subsidiar a elaboração do laudo pericial contábil ou do parecer pericial contábil.
- (D) deve conter, quando possível, a relação dos documentos, coisas ou dados que o contador tenha mencionado em petição de honorários judicial ou em contrato para o assistente técnico.
- (E) é padronizado pelo juiz e deverá ser utilizado pelo perito e assistente técnico todas as vezes que necessitar de informações que contem em livros e documentos contábeis.
49. O planejamento da perícia, conforme a Norma Brasileira de Contabilidade TP 01,
- (A) é um procedimento prévio, restrito, que se propõe a estabelecer as etapas mais relevantes da perícia.
- (B) tem como objetivo conhecer o objeto da perícia, com o fim de elaborar o termo de diligência.
- (C) revela interesse do perito pela lide.
- (D) difere do programa de trabalho, pois esse último consiste na especificação de cada etapa a ser realizada que deve ser elaborada com base nos quesitos e/ou no objeto da perícia.
- (E) é necessária para o desenvolvimento do trabalho pericial, para definir a natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos, em consonância com o objeto da perícia.
50. Segundo as Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada a Perícia Contábil, o perito deve documentar os elementos relevantes que serviram de suporte à sua conclusão formalizada no laudo pericial contábil e no parecer técnico-contábil, visando
- (A) comprovar que a perícia foi realizada no prazo e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- (B) suprir o juízo com informações relevantes e incontestáveis.
- (C) compor seus programas de perícia.
- (D) comprovar que a perícia foi executada de acordo com os despachos e decisões judiciais e as Normas Brasileiras de Contabilidade.
- (E) fundamentar o laudo e compor as pastas correntes.